
	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>		
<b>Autor:</b> Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto		

**Estabelece normas sobre segurança escolar nas instituições públicas de ensino no âmbito do Estado de Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

**Capítulo I - Da Segurança Escolar**

**Artigo 1º** Autoriza-se os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual e privada de Mato Grosso a instalar sistemas de segurança baseados em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas áreas externas e internas de suas dependências, respeitando a privacidade de alunos e funcionários.

**Artigo 2º** Os estabelecimentos de ensino que optarem por instalar sistemas de monitoramento deverão dispor de avisos claros e visíveis em locais estratégicos, informando sobre a presença desses equipamentos.

**Artigo 3º** As imagens armazenadas pelos sistemas de câmeras sejam de responsabilidade da direção da escola e só possam ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros mediante requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.

**Artigo 4º** Escolas localizadas em áreas de alto índice de violência terão prioridade na alocação de recursos para sistemas de segurança, conforme disponibilidade orçamentária do Estado.

**Artigo 5º** Ficam as escolas autorizadas a estabelecer parcerias com órgãos de segurança pública para realização de rondas escolares periódicas.

**Capítulo II - Da Implementação do Programa**

**Artigo 6º** A implementação do programa inclui:

- I. Intensificação dos serviços de fiscalização do comércio nas áreas escolares, coibindo a comercialização de produtos ilícitos.
- II. Adequação dos espaços circunvizinhos das escolas para garantir a segurança, incluindo a iluminação pública adequada nos acessos à instituição e a pavimentação de ruas e manutenção de calçadas.

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

- III. Repressão aos jogos de azar e controle do acesso de crianças a produtos nocivos, como substâncias inflamáveis, fogos de artifício e bebidas alcoólicas.
- IV. Regulamentação do uso de vias situadas no entorno das escolas, impondo controle rígido de limites de velocidade e sinalização adequada.
- V. Criação de zonas seguras escolares com patrulhamento constante.

### **Capítulo III - Sistema de comunicação de emergência**

**Artigo 7º** Autoriza-se a criação de um sistema de comunicação de emergência integrado entre as escolas e os órgãos de segurança pública, a ser instalados em locais estratégicos dentro das instituições.

**Artigo 8º** O governo poderá dar prioridade na instalação desses dispositivos considerando fatores como a quantidade de alunos na escola e locais com histórico de episódios violentos, de modo a proporcionar cobertura completa de toda a rede de ensino.

**Artigo 9º** A fim de atender ao disposto nesta norma e diminuir custos na instalação do sistema de comunicação de emergência, o Poder Executivo poderá realizar convênios e parcerias com órgãos federais ou estaduais, bem como com universidades e iniciativa privada.

### **Capítulo IV - Do Programa de Treinamento e Prevenção contra Atos de Violência em Escolas e Creches**

**Artigo 10º** Autoriza-se a criação do Programa de Treinamento e Prevenção contra Atos de Violência em Escolas e Creches de Mato Grosso, visando prevenir e reduzir a violência através de monitoramento da saúde mental dos alunos, professores, e funcionários, além da implementação de medidas de controle de acesso e segurança.

**Artigo 11º** O Programa será desenvolvido em todas as instituições de ensino, públicas e privadas, com diretrizes definidas pelo Governo do Estado, baseadas em experiências bem-sucedidas e parcerias com entidades da sociedade civil. As instituições terão um prazo de 180 dias após a publicação desta lei para implementar o programa.

**Artigo 12º** As atividades do Programa incluirão:

- I. Treinamento de segurança para professores, funcionários e alunos.
- II. Criação de planos de segurança específicos para cada escola, incluindo protocolos para prevenção e combate a incidentes.
- III. Promoção de campanhas de conscientização sobre violência.
- IV. Medidas de acompanhamento e orientação psicológica para alunos com comportamento violento ou histórico de violência.
- V. Fomento à cultura da paz para prevenir e combater o bullying e promover resolução pacífica de conflitos.
- VI - Estabelecimento de um canal de denúncia anônima para alunos, professores e funcionários.

**Artigo 13º** As atividades serão coordenadas por equipes multidisciplinares, envolvendo profissionais especializados em psicologia, educação e segurança pública.

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

## Capítulo V - Do Programa de Segurança Escolar - PSE

**Artigo 14º** Estabelece-se o Programa de Segurança Escolar - PSE, coordenado pela Secretaria de Estado de Educação em conjunto com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, para prevenir e controlar a violência nas escolas de ensino fundamental e médio, com ênfase na:

- I. Monitoramento da saúde mental dos alunos, professores e funcionários.
- II. Restrição de acesso de pessoas não autorizadas, através de cadastro prévio.
- III. Ações de segurança dentro de um raio de 100 metros dos portões das escolas.

**Artigo 15º** As diretrizes do PSE serão definidas pelo Governo do Estado, em colaboração com entidades especializadas, e visarão desenvolver ações sistemáticas e preventivas, incluindo:

- I. Diagnósticos periódicos da segurança nas imediações das escolas.
- II. Desenvolvimento de capacitação e treinamento para enfrentamento à violência escolar.
- III. Estabelecimento de parcerias para a promoção de segurança.
- IV. Campanhas educativas e atividades pedagógicas sobre temas de segurança e cultura de paz.

**Artigo 16º** Fica instituído o Núcleo de Observação de Violências (NOV) em todas as escolas, com a função de monitorar e mapear violências, desenvolver prevenção e informação, e elaborar relatórios anuais para subsidiar políticas públicas. Os NOVs serão coordenados pela Secretaria de Estado de Educação, em conjunto com as Secretarias de Estado de Segurança Pública e Assistência Social e Cidadania.

**Artigo 17º** Define-se que a Secretaria de Estado de Educação encaminhará as informações das instituições de ensino para a Secretaria de Estado de Segurança para certificar a veracidade dos dados coletados no Índice de Segurança das Escolas Estaduais.

**Artigo 18º** O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias para fortalecer a atuação dos NOVs e o desenvolvimento do índice, definindo as diretrizes e ações dos Núcleos e do Índice de Segurança das Escolas Estaduais, em consonância com práticas bem-sucedidas e participação comunitária.

## Capítulo VI - Das Disposições Finais

**Artigo 19º** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias após sua publicação, estabelecendo as diretrizes e medidas necessárias para sua efetivação.

**Artigo 20º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

A apresentação do Substitutivo Integral nº 03 ao Projeto de Lei nº 355/2021 pela Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto mostra-se uma medida equilibrada e oportuna, pois realiza uma compilação das propostas contidas em vários Projetos de Lei (PL), que tratam de questões cruciais relativas à segurança nas escolas. Essa compilação inclui os seguintes Projetos de Lei: nº 377/2021; nº 782/2022; nº 222/2023, que possui os apensos: Projeto de Lei nº 290/2023 e Projeto de Lei nº 676/2023; nº 255/2023; nº

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

1030/2023; nº 1070/2023; nº 1074/2023; nº 1147/2023; nº 1105/2023; nº 1078/2023; nº 1081/2023; nº 1095/2023; nº 1100/2023; nº 1107/2023; nº 1124/2023; nº 1125/2023; nº 1188/2023; nº 1195/2023; nº 992/2023, que possui apensado o Projeto de Lei nº 1048/2023; nº 1203/2023; nº 940/2022; nº 1175/2023; nº 1097/2023; nº 1033/2023; nº 1667/2023; nº 1935/2023; nº 269/2024; nº 662/2024; nº 1996/2023; nº 193/2024.

A importância dessa ação está na harmonização das diversas propostas, promovendo uma legislação unificada e consistente para tratar da segurança nas escolas. Isso contribui para uma abordagem mais efetiva e abrangente na prevenção e combate a situações de violência e risco no ambiente escolar. Ao consolidar essas propostas, o Substitutivo Integral garante que todas as iniciativas relevantes sejam consideradas, evitando sobreposições e contradições, e fortalecendo a base legal para implementar políticas de segurança escolar.

Sala de Reunião das Comissões em 21 de Maio de 2024

**Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto**